

[RE]PENSANDO O ESTÁGIO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA NA ÁREA

[RE]THINKING INTERNSHIP FOR BUSINESS ADMINISTRATION STUDENTS DURING THEIR PROFESSIONAL TRAINING: A STUDY ABOUT THE BRAZILIAN SCIENTIFIC PRODUCTION

Recebido em: 17/07/2017 • Aprovado em: 28/08/2017
Avaliado pelo sistema double blind review
Editora Científica: Claudia Stadlober
DOI 10.13058/raep.2017.v18n3.703

FERNANDA RODA DE SOUZA ARAÚJO CASSUNDÉ *fernanda.roda@univasf.edu.br*
MAURÍCIO VITOR SOUZA OLIVEIRA
MARIA TEREZA CALDAS ALENCAR
NILSON FERNANDO MARCOS RODRIGUES
ELIAS EDUARDO DAMASCENO RODRIGUES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

RESUMO

Diante das novas exigências que estão sendo colocadas para o Ensino Superior (oferecer formação condizente com as constantes transformações do mercado de trabalho), do papel da universidade na formação profissional discente (preparar o aluno para o exercício profissional, criando condições para integrá-lo, sem maiores dificuldades, no mercado de trabalho), da importância da prática do estágio (seja supervisionado ou não) na formação do estudante de administração e, sobretudo, da necessidade de ampliação da discussão sobre o tema, este artigo teve como objetivo analisar a atual situação dos estudos acadêmicos acerca do estágio em administração no Brasil. Para tanto foi realizada uma pesquisa bibliométrica na base de dados da SPELL e nos anais dos eventos da ANPAD, Semead e CIGU. Optou-se pela regra de exaustividade de Bardin (2011), não sendo definido corte temporal a priori para coleta de dados. Assim, foram recuperados 30 artigos, sendo 28 considerados válidos para compor o corpus deste estudo. As conclusões revelam que, mesmo diante da importância para a formação profissional do estudante de administração, há fragilidade nos estudos referentes ao estágio na área no Brasil: a discussão teórica sobre estágio, do ponto de vista pedagógico, é frágil e pouco profícua, significativamente recente, e sem avanços expressivos para a área.

Palavras-chave: Estágio. Formação do administrador. Ensino Superior. Planejamento do Ensino.

ABSTRACT

Facing the new requirements that have been demanded from higher education (offering a training consistent with the constant changes in the labor market), the role of the university in vocational training for students (preparing the students to act as professionals, creating the conditions to integrate them, without major difficulties, to the labor market), the importance of internship experiences (supervised or not) in the training of Business Administration students, and, above all, the need to expand the discussion about this subject, this article aims to analyze the current situation of the academic studies about Management internships in Brazil. For that, a bibliometric survey was carried out in the SPELL database and in the annals of ANPAD, Semead and CIGU events. We chose Bardin's exhaustiveness rule (2011), not defining an a priori period for data collection. Thus, 30 articles were retrieved, of which 28 were considered valid to compose the corpus of this study. The conclusions reveal that, even in the face of the importance of this practice for the professional training of the Management student, there is a fragility in the studies addressing the internship in this field in Brazil: the theoretical discussion about internship, from a pedagogical point of view, is fragile, too recent, and without meaningful advancements to the field.

Keywords: Internship. Manager's Training. Higher education. Teaching Planning.

INTRODUÇÃO

Em razão da competitividade do mercado, o jovem estudante universitário sente a necessidade de buscar, desde cedo, experiências que agreguem valor à sua formação profissional (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013; PEREIRA, 2013; VELUDO-DE-OLIVEIRA et al., 2013; LAVALL; BARDEN, 2014). E considerando, também, que a globalização e a informação exercem grande influência no mundo dos negócios, “o mercado fica mais seletivo, e as chances se restringem aos profissionais aptos a atender às exigências e às transformações pelas quais passam as empresas” (TREVISAN, 2001, p.1).

Dos ambientes que priorizam a formação continuada e a preparação para um futuro profissional, a universidade é, sem dúvida alguma, o principal meio para instrumentalizar o acesso à informação sobre mercado de trabalho, tendências profissionais, orientar o planejamento da carreira e apresentar, a partir do currículo, caminhos necessários à consolidação da vida profissional (SILVA; COELHO; TEIXEIRA, 2013).

De fato, universidades e faculdades têm desempenhado um papel fundamental no gerenciamento profissional (ALBUQUERQUE; SILVA, 2006) e construído caminhos para oportunizar o ingresso do estudante nos postos de trabalho (SCHMITT; HUGES; HERNDON-SOBALVARRO, 2015). De acordo com Voese (2007), a instituição de ensino superior (IES) permite que o indivíduo busque qualificação e preparo para o mercado de trabalho. Com a formação acadêmica, poderá agregar novas informações e conhecimentos ao seu perfil.

A Lei 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seu artigo 3º, inciso X, por sua vez, aponta a necessidade da valorização da experiência extraescolar – que, no caso do Ensino Superior, é conhecida como atividade extracurricular (BRASIL, 1996). De acordo com Peres, Andrade e Garcia (2007, p.204), consideram-se como extracurriculares as atividades que “se encontram sob a responsabilidade da instituição e fazem parte do currículo de formação”. Na amplitude deste conceito, encontra-se a atividade do estágio.

O estágio, portanto, proporciona, antes de qualquer coisa, o contato com a prática. Embora de suma importância para a consolidação e aplicação do conhecimento adquirido em sala de aula, nota-se uma enorme dificuldade para que as duas esferas (prática e teoria) andem lado a lado. A linguagem empresarial tende a fortalecer a visão de teoria e prática como campos distintos, pois, na educação corporativa, a organização é tomada como campo de exercício da prática; e o ambiente acadêmico, como campo de difusão do saber teórico (CARRÃO; MONTEBELO, 2009). Neste sentido, Wittmann e Trevisan (2002, p.2) consideram que a essência da atividade prática, por meio do estágio, é “uma das formas, amplamente difundidas, para aproximar a teoria da prática e consiste na realização de estágios”. Wolf e Gomes (2013, p.2) concordam com Wittmann e Trevisan (2002) ao afirmarem que a intervenção do “estagiário/acadêmico na realidade de maneira sistemática, objetiva e intencional, com o intuito de combater o antagonismo existente entre as duas etapas envolvidas no contexto de profissionalização: teoria e prática”. Nesse sentido, esse tipo de atividade torna-se “indispensável em cursos de caráter aplicado, como no caso da Administração, onde o acadêmico participa e interage com o ambiente diário das organizações” (WITTMANN; TREVISAN, 2002, p.2). No entanto,

[...] para que o estágio alcance suas finalidades, associando o processo educativo à aprendizagem, precisa ser planejado, executado, acompanhado e avaliado por meio de diretrizes bem definidas. Ademais, este deve estar de acordo com os pressupostos que norteiam os projetos pedagógicos de cada curso e com todas as condições dispostas pela legislação sobre o assunto. [...] necessitar-se-á de uma plena sintonia entre o trabalho desenvolvido nas universidades e os alunos, para que estes possam estar preparados para atender às exigências cada vez maiores do mercado de trabalho (ALBUQUERQUE; SILVA, 2006, p.1).

Dessa forma, considerando as novas exigências que estão sendo colocadas para o Ensino Superior, ou seja, “oferecer formação condizente com as constantes transformações do mercado de trabalho” (LAVELL; BARDEN, 2014, p.50), o papel da universidade na formação profissional

discente – “preparar o aluno para o exercício profissional, criando condições para integrá-lo, sem maiores dificuldades, ao mercado de trabalho” (ALBUQUERQUE; SILVA, 2006, p.1), a importância da prática do estágio (seja supervisionado ou não) na formação do estudante de Administração e, sobretudo, a necessidade de ampliação da discussão sobre o tema (GOMES; TEIXEIRA, 2016), visto que “são poucos os estudos e as evidências empíricas que permitem corroborá-lo, sendo comuns os questionamentos em relação ao sentido dos estágios na formação dos alunos” (PEREIRA, 2013, p.10), este artigo teve como objetivo analisar a atual situação da produção científica acerca do estágio em Administração no Brasil. Ressalta-se, ainda, a importância deste tema em razão de o estágio ser “um dos principais mecanismos que sustentam uma reflexão sobre a eficácia dos programas curriculares, de modo a influenciar a lei e toda a base estruturante dos cursos de graduação, independente da área de conhecimento” (MICHELS et al., 2014, p.3).

Este artigo está organizado em cinco seções além desta introdutória. O referencial teórico está apresentado em duas seções: uma sobre a evolução da legislação do estágio no país e a outra discute a relação entre a prática do estágio e a formação discente. A quarta seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados neste estudo. A análise dos dados vem em seguida, na seção intitulada “O estado da arte: a pesquisa sobre estágios em Administração no Brasil”. Fechamos o artigo à guisa de conclusões, pois entendemos que, diante dos resultados obtidos com a pesquisa bibliométrica, são necessários estudos mais aprofundados utilizando o estágio e seus diversos aspectos como temática central.

O ESTÁGIO E A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE NO BRASIL

No Brasil, de acordo com Palmeira Sobrinho (2008), os educadores e empresários passaram a demonstrar preocupação com o estágio no decorrer da década de 30 do século XX, no período de industrialização. Foi na década seguinte, contudo, que surgiram as Leis Orgânicas de Ensino Industrial (Decreto-lei 4.073/1942) e de Ensino Comercial (Decreto-lei 6.141/1943). A primeira regulamentou o ensino destinado à preparação profissional, especialmente dos trabalhadores da indústria (BRASIL, 1942); a outra normatizou o ramo de ensino, cujo objetivo era formar profissionais aptos ao exercício de atividades no âmbito comercial (BRASIL, 1943).

O termo “estágio” passa, então, a ser utilizado para fins legislativos a partir da publicação da Portaria 1.002/1967, que regulamentava a função do estagiário – oriundo de Faculdades ou Escolas Técnicas – nas organizações do país (BRASIL, 1967). O documento garantia ao estagiário, entre outros direitos, a percepção de bolsa de complementação educacional, a obrigatoriedade de seguro contra acidentes ocorridos no local do estágio e o limite de carga horária a ser cumprido.

Adiante, na década de 70 do século XX, estabeleceu-se, por meio do Decreto 66.456/1970, a implementação de Programas de Estágio para estudantes de Ensino Superior das áreas de engenharia, tecnologia, economia e administração (BRASIL, 1970). Já o Decreto 75.778/1975, além de determinar regras para a concessão de estágios no serviço público federal, reitera a garantia de bolsa-auxílio para o estagiário, bem como duração e carga horária do estágio, além das competências da unidade interessada (BRASIL, 1975). Nota-se, até então, um quadro de progresso, ainda que deveras vagaroso.

Ao final da década de 70 do século XX, mais precisamente no ano de 1977, foi sancionada a Lei 6.494. Utilizando-se do enfoque nas competências pedagógicas do estágio, a lei regulamentava a cooperação entre Instituição de Ensino e unidade concedente de estágio (BRASIL, 1977). Todavia, em 1994, é estipulada a Lei 8.859, modificando alguns dispositivos da lei

anterior. Sua principal alteração estava na inclusão dos alunos de Ensino Especial como aptos à prática do estágio (BRASIL, 1994).

Posterior a isso, o estágio voltou a ser abordado no artigo 82 da Lei 9.394, de 1996 – que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Nele, é concedido às Instituições de Ensino o estabelecimento de normas para realização da atividade pelo aluno (BRASIL, 1996). A Medida Provisória 2.164-41 de 2001, finalmente, altera a Lei 6.494, de 1977, tornando aptos à prática do estágio todos os estudantes regularmente matriculados no Ensino Médio (BRASIL, 2001).

Visto que a última lei sobre estágio havia sido sancionada ainda na década de 70 do século XX, Palmeira Sobrinho (2008) afirma que essa teria se tornado inadequada diante das mudanças, tanto na gestão da força de trabalho quanto nos processos produtivos, ocorridas no Brasil a partir da década de 90 do século XX – período no qual o país buscou maior inserção na economia globalizada. A partir desse cenário, com o surgimento de novas tecnologias e demandas mercadológicas, percebeu-se a necessidade de aprimoramento da regulamentação do estágio. Eis que nasce, então, a redação da Lei 11.788/2008 ou “Lei do Estágio” (BRASIL, 2008).

Em seus dispostos, a supracitada lei, além de abordar o estágio de maneira estritamente pedagógica, fraciona os direitos e deveres da instituição de ensino, da parte concedente e do estagiário. A estes são garantidos: o direito à tutoria e à orientação por parte de um professor; a percepção de bolsa-auxílio e de auxílio-transporte; a jornada mínima de quatro horas diárias, não ultrapassando seis horas diárias; o recesso remunerado a ser gozado, preferencialmente, durante o período de férias escolares; o seguro contra acidentes pessoais e o direito à não discriminação no acesso ao estágio ou durante a sua execução (BRASIL, 2008).

Considera-se, portanto, que a Lei 11.788/2008 representa uma evolução no que abrange o estágio, especialmente, dentro dos direitos do estagiário. Mais uma prova disso é que, em legislações anteriores, o estágio em hipótese alguma caracterizaria vínculo empregatício. Após o advento da lei em vigência, no entanto e conforme seu artigo 3º, §2º (BRASIL, 2008), o descumprimento de algum dos incisos quanto a qualquer obrigação conti-

da no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio, dando direito ao estagiário, inclusive, de recorrer na justiça pelos seus direitos.

De modo geral, ao admitir o estágio como

[...] uma ferramenta complementar do processo de ensino e aprendizagem, os órgãos reguladores da educação superior no Brasil, encabeçados pelo Ministério da Educação, buscaram integrar o estágio aos processos de formação do egresso, por meio de objetivos convergentes entre a prática e a teoria, consolidando planos de ensino e projetos pedagógicos alinhados às necessidades do mercado. (MICHELS et al., 2014, p.4).

O ESTÁGIO E A FORMAÇÃO DISCENTE

O estágio pode ser conceituado, segundo a Lei 11.788, de setembro de 2008, como o “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos” (BRASIL, 2008, p.1). É a aplicação prática de conhecimentos adquiridos em sala de aula, com o objetivo de preparar, profissionalmente, o aluno (VELUDO-DE-OLIVEIRA et. al., 2013; SILVA et al., 2015).

Importa dizer que os estudantes de ensino superior têm à sua disposição duas modalidades de estágio: o obrigatório (ou curricular) e o não obrigatório (ou extracurricular). O estágio obrigatório “é uma atividade assegurada na matriz curricular do curso, cuja prática varia de acordo com o curso e pode ser realizada em organizações públicas, privadas, organizações não governamentais ou por meio de programas permanentes de extensão da universidade” (SCALABRIN; MOLINARI, 2013, p.2). Já o não obrigatório diz respeito às atividades complementares ligadas à área de formação do aluno, conforme explicam Sacalbrin e Molinari (2013), ou seja, é uma atividade opcional oferecida ao estudante do ensino superior e que “propicia maior tempo de intercâmbio entre a universidade e os espaços de atuação, melhorando desta forma o método de aprendizagem, podendo ser desenvolvidos em organizações que mantêm convênio com a universidade” (SCALABRIN; MOLINARI, 2013, p.2).

Independentemente da modalidade de estágio que o estudante esteja fazendo, esta atividade configura-se como etapa de suma importância no processo de desenvolvimento e aprendizagem (SILVA; COELHO; TEIXEIRA, 2013), já que o estágio propicia oportunidades de vivência prática dos conteúdos acadêmicos, além de permitir a troca de experiências com funcionários de uma empresa, bem como o intercâmbio de ideias e conhecimentos (ALMEIDA; LAGEMANN; SOUSA, 2006; SILVA et al., 2015). Sua realização possibilita, então, instrumentos de preparação para introdução e inserção no mercado de trabalho, por meio do desenvolvimento de habilidades e de competências essenciais para consolidação de sua carreira profissional (SILVA et al., 2015).

No programa de estágio, o docente tem papel de facilitador, pois contribui com o processo de aprendizagem e profissionalização do aluno por meio do acompanhamento pedagógico supervisionado. Por isso, de acordo com o Instituto Euvaldo Lodi (2010), faz-se indispensável a escolha de um professor orientador da área a ser desenvolvida no estágio como responsável pelo acompanhamento e pela avaliação das atividades do estagiário. Estas, a propósito, devem estar diretamente ligadas à área e ao perfil do curso, posto que o objetivo do estágio é justamente o desenvolvimento do perfil profissional do estudante (MICHELS et al., 2014).

A formação do administrador, à luz da discussão proposta, não deve advir somente da sala de aula. Esta garante apenas o contato inicial e teórico com as bases científicas, o que não é suficiente, visto que a prática é fundamental ao desenvolvimento da educação gerencial. Atenta-se, ainda, para a importância do estágio para o contato direto com uma cultura organizacional, o desenvolvimento da ética profissional, a formação de um pensamento mais crítico e a perspectiva de inserção no mercado de trabalho. Ou seja, o estágio tipifica uma situação que, para Silva e Gamboa (2014, p.106), “pode vir a ter um impacto significativo nas diferentes dimensões da adaptabilidade de carreira, uma vez que implica uma recolha ativa de informação relativa ao novo contexto de aprendizagem e a mobilização dos conhecimentos adquiridos” na universidade, tudo isso considerando o desempenho de um novo papel, o de estagiário.

A introdução na atividade do estágio, também, propicia ao futuro gestor o contato com as diversas áreas de conhecimento possíveis para atuação interdisciplinar. Em sala de aula, esse contato só acontece de forma isolada. Cassundé et al. (2015, p.43) observam que a estrutura dos cursos de graduação em administração apresenta características excessivas de tecnicismo e de fragmentação do conhecimento em inúmeras disciplinas. É, então, fundamental a implementação da interdisciplinaridade.

O conhecimento sobre a prática do estágio, curricular ou extracurricular, é fundamental para a compreensão dos desafios inerentes à formação de administradores. Para entendimento desses desafios, é importante saber o conteúdo da Resolução N° 04 do CNE/CSE (CNE/CSE, 2005),

que instituiu novas diretrizes curriculares para os cursos de Administração. Em seu artigo 4º, são definidas as competências e habilidades necessárias à formação do administrador:

Art. 4º O Curso de Graduação em Administração deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I - reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

II - desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;

III - refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;

IV - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;

V - ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;

VI - desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;

VII - desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações;

VIII - desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais. (CNE/CSE, 2005, p.1).

A complexidade e a amplitude dessas habilidades e competências, aliadas à quantidade de áreas específicas de atuação do administrador, tra-

zem a necessidade de desenvolvimento de um perfil generalista pelo profissional a fim de que sua inserção e manutenção no mercado de trabalho sejam facilitadas.

Nada mais justo, portanto, que considerar o estágio como meio impulsionador de habilidades e competências fundamentais para a formação e o sucesso do administrador.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estado da arte ou estado do conhecimento é definido como o processo de mapeamento no qual se discute sobre uma determinada área ou viés temático, tendo em vista sua abrangência nos mais variados campos de pesquisa e objetiva analisar como tem sido desenvolvido o conhecimento científico, assim como os avanços ou retrocessos do campo (FERREIRA, 2002).

No sentido, portanto, de compreender como o campo do estágio está sendo abordado na área de administração e de propor uma agenda de pesquisas futuras, considerando a lacuna apontada por Gomes e Teixeira (2016), este estudo analisou a produção científica brasileira a respeito da discussão sobre a prática de estágio – supervisionado ou não – nos cursos de Administração.

Para alcance dos objetivos propostos, este estudo adotou uma metodologia de caráter inventariante e descritivo, própria das pesquisas bibliométricas (FERREIRA, 2002).

Os critérios de seleção do corpus seguiram os procedimentos utilizados por Vieira (1998), Tonelli et al. (2003), Sampaio e Perin (2006) e Cassundé, Barbosa e Mendonça (2016), como indicado no Quadro 1.

Quadro 1 Critérios de seleção do corpus

PERÍODO DA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS		FEVEREIRO A JUNHO 2017
Corte temporal	Foi levada em consideração a regra da exaustividade proposta por Bardin (2011). Isso implica dizer que não houve o estabelecimento de corte temporal, a priori, para coleta de dados.	
Descritor utilizado	Estágio	
Base de dados	<ul style="list-style-type: none"> – Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL) – Anais dos eventos da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD) – Anais do Seminários em Administração (SEMEAD) – Anais do Colóquio Internacional de Gestão Universitária (CIGU) 	

Justifica-se a escolha do SPELL por ser considerado, atualmente, o principal repositório de artigos científicos das áreas de administração, contabilidade e turismo no país (CASSUNDÉ; BARBOSA; MENDONÇA, 2016), com acervo eletrônico completo dos periódicos e textos disponíveis desde a década de sessenta. Com relação aos eventos escolhidos, ressalta-se a importância, do ponto de vista acadêmico, dos congressos promovidos pela ANPAD, SEMEAD e CIGU.

A ANPAD disponibiliza, para consulta on-line, os anais de seus eventos desde 1997. O SEMEAD tem consulta disponível a partir do ano de 2005, e o CIGU, por sua vez, permite a consulta on-line a todos os anais dos eventos, desde a sua primeira edição, em 2000.

Após a consulta às bases de dados, foram recuperados, ao todo, 30 artigos (Quadro 2). Cada artigo foi analisado em termos de conteúdo, considerando-se as seguintes categorias definidas a priori: palavras-chave, au-

toria, procedimentos metodológicos, objetivos de pesquisa e bibliografia utilizada. A análise de conteúdo de Bardin (2011) foi utilizada como técnica de análise de dados. Tal procedimento é entendido como sendo:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não). (BARDIN, 2011, p.44).

Foi utilizado o software Atlas.ti como ferramenta de suporte à análise. A quantidade de artigos recuperados, a base de dados, o Qualis (classificação de periódicos quadriênio 2013-2016, aplicado, somente, para os artigos de periódicos e considerando a classificação de acordo com os critérios das áreas de administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo) e a simbologia adotada para identificação dos textos estão apresentados no Quadro 2:

Quadro 2 Simbologia para identificação dos artigos

	BASE DE DADOS/ PERIÓDICO/EVENTO	QUALIS 2013-2016	QUANTI- -DADE	IDENTIFICAÇÃO
SPELL	Administração: Ensino e Pesquisa	B1	1	RAEP_2012
	Gestão & Planejamento	B2	1	G&P_2012
	Revista de Administração da UNIMEP	B2	1	RAU_2007
	Revista de Carreiras e Pessoas	B4	1	RECAPE_2016
	Revista de Gestão USP	B1	1	REGE_2007
	Revista Pensamento Contemporâneo em Administração	B2	1	RPCA_2012

ANPAD	Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração - EnANPAD	-	7	ENANPAD_2006 ENANPAD_2007 ENANPAD_2008a ENANPAD_2008b ENANPAD_2010a ENANPAD_2010b ENANPAD_2011
	Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD – EnEO	-	1	ENEEO_2000
	Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade – EnEPQ	-	2	ENEPQ_2007 ENEPQ_2013
	SEMEAD	-	9	SEMEAD_2006 SEMEAD_2007 SEMEAD_2008a SEMEAD_2008b SEMEAD_2009 SEMEAD_2011 SEMEAD_2012 SEMEAD_2015 SEMEAD_2016
	CIGU	-	5	CIGU_2006 CIGU_2007 CIGU_2009 CIGU_2010 CIGU_2014

Após a leitura de todos os artigos recuperados, foi verificada ambiguidade entre o texto do SEMEAD_2007 e REGE_2007, e entre o texto do ENANPAD_2010a e G&P_2012. Isso se justifica devido à prática frequente

dos pesquisadores em publicar, inicialmente, o manuscrito em eventos e congressos e, posteriormente, submetê-los a periódicos. Assim, para evitar duplicidade de dados na análise, foi considerado apenas o primeiro texto publicado (SEMEAD_2007 e ENANPAD_2010a), totalizando, portanto, para efeitos de análise, 28 artigos.

Definidos os procedimentos metodológicos, apresentam-se os resultados do estudo.

O ESTADO DA ARTE: A PESQUISA SOBRE ESTÁGIOS EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

De acordo com os artigos recuperados para este estudo, tem-se que a discussão sobre o estágio, enquanto campo de conhecimento em administração, é bastante recente. As discussões começam a aparecer somente a partir do ano 2000. Durante cinco anos, entretanto – no intervalo de 2001-2005 – nada foi publicado sobre a atividade de estágio, quer supervisionada ou não, na área em foco. As discussões retomam em 2006 e permanecem constantes até o ano de 2016, com, ao menos, uma publicação anual sobre o tema, seja em periódico ou em evento.

Esse cenário ratifica as colocações tanto de Silva, Coelho e Teixeira (2013) como de Gomes e Teixeira (2016), ou seja, pouco se produz e discute sobre a prática de estágio nos cursos de graduação, embora seja uma das atividades mais relevantes e importantes na formação profissional do graduando (TARDIF, 2002; RODICIO GARCÍA; IGLESIAS CORTIZAS, 2011).

Entre autores e coautores, foram identificados 84 diferentes pesquisadores. Destes, apenas dois têm mais de um artigo publicado sobre o tema em análise. Isso implica dizer que não existe um grupo de pesquisadores voltado para o estudo e a discussão da prática de estágio no curso de Administração. O que se tem são publicações isoladas, sem continuidade, que não permitem, portanto, avanços significativos nesse campo de conhecimento.

Ao analisar as autorias dos artigos (Tabela 1), identificou-se que os textos foram produzidos no sistema de parceira, sendo expressiva a quantidade de artigos elaborados por um autor e um coautor.

Tabela 1 Quantidade de autores por artigo

ARTIGO	1 AUTOR	2 AUTORES	3 AUTORES	4 AUTORES	5 AUTORES	TOTAL
Quantidade	1	10	5	5	7	28

A análise das palavras-chave foi executada mediante a elaboração de uma nuvem de palavras (word cloud). A nuvem de palavras constitui uma representação visual de um conjunto de termos selecionados de acordo com o estabelecimento de critérios – neste caso, a partir das palavras-chave atribuídas pelos autores aos textos analisados.

Os atributos da nuvem, tais como tamanho das palavras ou cor, são utilizados para representar as características dos termos utilizados para sua construção, como, por exemplo, a frequência com que aparecem (RIVA-DENEIRA et al., 2007). Foram, ao todo, 57 termos utilizados como representação dos estudos, dos quais 44 sem repetição. As palavras-chave estão representadas de acordo com a sua frequência na nuvem de palavras da Figura 1.

Figura 1 Nuvem de palavras para as palavras-chave utilizadas



Em termos metodológicos (Tabela 2), é expressiva a quantidade de artigos teórico-empíricos individuados: 26. No entanto é importante ressaltar que pouco se discute, teoricamente, sobre questões relativas à

prática do estágio (dois artigos). Predominantemente, as pesquisas são de cunho qualitativo e estudos de caso.

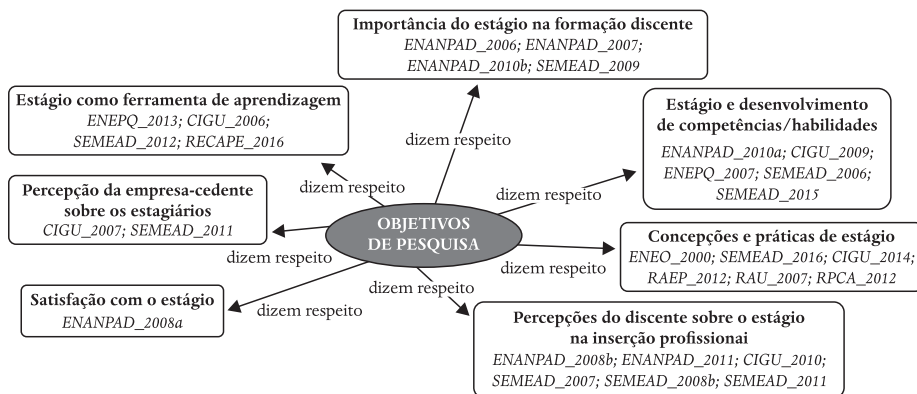
Justificam-se tais características em razão de que pesquisas que utilizam a estratégia do estudo de caso se concentram na descrição e/ou compreensão de um fenômeno (WOODSIDE, 2010) contemporâneo no contexto da vida real, especialmente, quando as fronteiras entre fenômeno e contexto não são claramente evidentes (YIN, 1994). Ou seja, os pesquisadores estão preocupados em compreender as práticas relacionadas ao estágio no ambiente real no qual ocorre. Tal compreensão fundamenta-se no ponto de vista da aprendizagem e do desenvolvimento de competências por parte do aluno-estagiário.

Tabela 2 Perfil metodológico

NATUREZA	TIPO DE PUBLICAÇÃO	SUBTOTAL	TOTAL
Teórico	Congresso	2	2
	Periódico	-	
Teórico-empírico	Congresso	22	26
	Periódico	4	
Total			28

Com base na análise dos principais objetivos propostos em cada artigo recuperado foi elaborado um mapa conceitual (Figura 2). O que se pôde perceber é que há um forte interesse, por parte dos pesquisadores, em compreender as concepções e práticas de estágio adotadas – seja pelas universidades ou pelas empresas-cedentes – e verificar a percepção do discente sobre a prática do estágio e como ele contribui para sua inserção profissional.

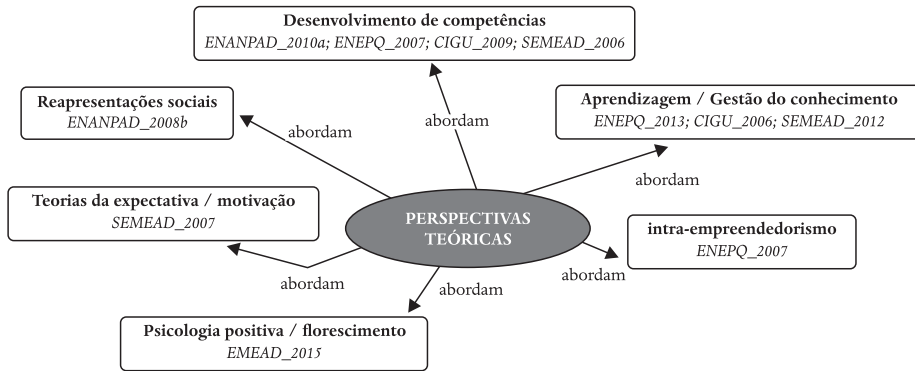
Figura 2 Mapa conceitual entre os principais objetivos de cada artigo recuperado



No sentido de verificar a base teórica utilizada para discussão dos artigos recuperados, foram listadas as referências indicadas. Havia a crença, por parte dos pesquisadores, de que, sendo um objeto de estudo predominantemente da pedagogia e educação, os textos deveriam apresentar literatura própria dessas áreas para a construção do referencial teórico e para a ampliação da discussão das concepções de estágio na área de administração. Todavia o que se verificou foi que a discussão teórica sobre estágio, do ponto de vista pedagógico, é frágil e pouco profícua. Foram raros os artigos que utilizaram autores oriundos da pedagogia ou educação, tais como Jorge Solivellas Perelló, Maria de Lurdes Fávero, Miguel Zalbaza, Selma Garrido Pimenta, Stela C. B. Piconez, por exemplo.

Os autores concentram a discussão em termos de perspectivas teóricas próprias da Administração, nomeadamente a respeito do desenvolvimento de competências e da aprendizagem e gestão do conhecimento. As perspectivas teóricas encontradas nos textos analisados estão apresentadas no mapa conceitual da Figura 3.

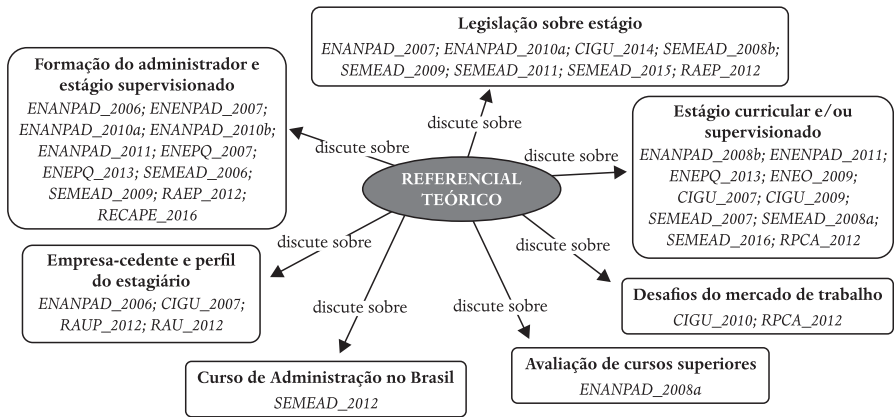
Figura 3 Mapa conceitual para as perspectivas teóricas



Infere-se que nem todos os artigos apresentaram uma discussão a partir de alguma perspectiva teórica. Alguns se restringiram apenas a descrever sobre a legislação pertinente ao estágio e/ou sobre a formação profissional do aluno de graduação em administração. Assim, embora a seção intitulada “referencial teórico” seja específica para a apresentação de conceitos, teorias e/ou modelos que dão suporte ao desenvolvimento da argumentação do pesquisador, boa parte dos textos analisados não apresentaram, na essência, um referencial teórico discutindo o contexto em que a formação discente ocorre.

A maioria dos textos resgatou fontes próprias da administração e discutiu, basicamente, a importância (e até certo ponto, a fragilidade) da formação do administrador a partir de autores como Alexandre Nicolini, Carlos Osmar Bertero, Fernando Prestes Motta e Rui Otávio Bernardes de Andrade. Nessa perspectiva, foi elaborado um mapa conceitual (Figura 4) no qual é ilustrado o caminho desenvolvido pelos autores na seção indicada como referencial teórico dos trabalhos analisados.

Figura 4 Mapa conceitual para as discussões apresentadas no referencial teórico



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs-se a analisar a discussão científica brasileira sobre a prática do estágio em administração no Brasil. Para o atingimento do objetivo proposto, foi realizado um levantamento bibliométrico utilizando a base de dados do SPELL e dos anais dos eventos da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD), Seminários em Administração (SEMEAD) e Colóquio Internacional de Gestão Universitária (CIGU). Trinta artigos foram recuperados, no entanto, apenas 28 foram considerados para análise em virtude da ambiguidade entre o texto do SEMEAD_2007 e REGE_2007, bem como entre o texto do ENANPAD_2010a e G&P_2012. Cada um dos 28 artigos foi analisado em termos de conteúdo, de acordo com os procedimentos descritos em Bardin (2011), considerando-se as seguintes categorias definidas a priori: palavras-chave, autoria, procedimentos metodológicos, objetivos de pesquisa e bibliografia utilizada.

Da discussão teórica, observou-se que a importância do estágio está estritamente ligada ao fato deste proporcionar ao aluno a vivência daquilo que é aprendido em sala de aula. Em especial, no caso do administrador, o estágio possibilita, além do contato direto com a rotina gerencial, o desenvolvimento das competências necessárias para a formação do profissional de administração, instituídas pela Resolução N° 04 do CNE/CSE (CNE/CSE, 2005). Nessa perspectiva, o estágio torna-se um momento imprescindível para formação do aluno, pois é um período de aprendizado e de construção da relação entre a teoria, que foi fundamentada nos primeiros anos de curso, e a prática que irá desenvolver. Apesar de o estágio ser limitado por uma carga horária, é uma atividade que ocorre durante a formação profissional do aluno e que possibilita a práxis, ou seja, a unidade entre atividade teórica e atividade prática (WOLF; GOMES, 2009).

No sentido regulamentar, nota-se que o quadro proporcionado pela Lei 11.788/2008 é de evolução (BRASIL, 2008). E isso porque, antes dela, não havia um documento unificado acerca do estágio, o que dificultava o acesso à informação. A lei, então, apresenta uma série de garantias para o

estagiário, além de especificar as responsabilidades e os direitos de todos os atores envolvidos (estagiário, empresa, unidade concedente e instituição de ensino).

Importa dizer que a pesquisa bibliográfica realizada para a consecução dos objetivos deste estudo e, conseqüentemente, das seções do referencial teórico, apresentou uma característica peculiar: foi quase que exclusivamente desenvolvida a partir da leitura de obras que abordavam temas conexos. Assim, concorda-se com Nicolini (2003) quando, já em 2003, o autor alertava para o fato de que existia uma produção científica diminuta na área, sendo, surpreendentemente, inexistente. Embora tenham-se passado 14 anos desde a produção do texto de Nicolini (2003), o campo parece não ter avançado em pesquisas que focalizem a prática do estágio na formação do administrador.

Da pesquisa bibliométrica, notou-se que, mesmo diante da relevância do tema, pouco é estudado acerca desse argumento no Brasil. As publicações sobre estágio na área de administração são relativamente recentes. Os artigos iniciais datam do ano 2000, no entanto tem-se importante e significativo gap de publicações entre 2001 e 2005, já que nenhum artigo foi produzido – ou, ao menos, publicado – sobre o tema. Efetivamente, as discussões sobre estágio tomam corpo somente a partir do ano de 2006, quando permanecem constantes até 2016, com, ao menos, uma publicação anual sobre o tema, seja em periódico ou em evento.

Ressalte-se que, embora a coleta dos textos para a bibliometria tenha acontecido no período de fevereiro a junho de 2017, portanto, com tempo suficiente para os periódicos divulgarem suas primeiras edições do ano, nada foi publicado sobre o tema durante o primeiro semestre de 2017 em periódicos. Importante dizer que as edições do Semead, CIGU e os eventos da Anpad (nomeadamente o EnANPAD, são anuais. Já o EnEO e EnEPQ são realizados a cada dois anos. O EnEO sempre em anos pares, portanto, sem edição em 2017. O EnEPQ em anos ímpares, mas, costumeiramente, no mês de Novembro), Os eventos mencionados costumam ocorrer no segundo semestre do ano. Por isso, quando da finalização deste artigo, não havia disponível para consulta os anais de tais eventos.

Chamamos atenção, também, para a base teórica encontrada nos referenciais teóricos dos textos analisados. Conquanto as discussões sobre estágio e sua importância na formação discente seja um tema com raízes nas áreas de educação e pedagogia, foram raros os artigos que utilizaram autores oriundos de tais áreas, a exemplo de Jorge Solivellas Perelló, Maria de Lurdes Fávero, Miguel Zalbaza, Selma Garrido Pimenta, Stela C. B. Piconez. Não se percebeu um avanço e uma ampliação da discussão das concepções de estágio próprias da área de administração e, do ponto de vista pedagógico, as discussões sobre o tema na área continuam frágeis e pouco profícuas.

Diante deste quadro, sugere-se que seja estabelecida uma agenda de pesquisas futuras utilizando a prática do estágio e seus diversos aspectos como temática central. Algumas questões merecem respostas, tais como: os estagiários têm conseguido vivenciar na prática os conteúdos vistos em sala de aula? Os estágios têm cumprido o papel de preparar o futuro profissional concedendo-lhe experiência profissional? A relação universidade-empresa tem contribuído para a formação discente? Os estudantes reconhecem os estágios que realizam como sendo importantes para sua formação profissional? Ressalta-se, ainda, conforme destaca Lima (2008), a necessidade de compreensão dos desafios e das contradições que envolvem a operacionalização do estágio nas universidades, pois nem sempre são estudados e compreendidos tanto por professores quanto por alunos.

Por fim, importa referir que é preciso considerar que as aprendizagens mais “significativas e duradouras são as que decorrem de experiências concretas e da experimentação ativa, implicando o envolvimento direto dos formandos em atividades e contextos reais de trabalho” (VIEIRA; CAIRES; COIMBRA, 2011, p.30) e que, embora dada a real importância do estágio, ainda, são poucos os estudos que “detiveram-se a demonstrar isso empiricamente de uma forma mais sistemática” (SILVA; COELHO; TEIXEIRA, 2013, p.36), conforme os dados apresentados neste estudo.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, L. S.; SILVA, E. M. Pontos positivos e negativos do estágio na formação profissional dos estudantes de ciências contábeis da cidade de Caruaru-PE. In: XXX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2006. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2006.
- ALMEIDA, D. R. de; LAGEMANN, L.; SOUSA, S. V. A. A importância do estágio supervisionado para a formação do administrador. In: XXX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2006. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Lei orgânica do ensino industrial. Brasília, DF: DOU, 1942.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943**. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Brasília, DF: DOU, 1943.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 66.546, de 11 de maio de 1970**. Institui a Coordenação do “Projeto Integração”, destinada à implementação de programa de estágios práticos para estudantes do sistema de ensino superior de áreas prioritárias, e dá outras providências. Brasília, DF: DOU, 1970.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 75.778, de 26 de maio de 1975**. Dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimento de ensino superior e de ensino profissionalizante de 2º grau, no Serviço Público Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: DOU, 1975.
- BRASIL. **Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977**. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e supletivo e dá outras providências. Brasília, DF: DOU, 1977.
- BRASIL. **Lei nº 8.859, de 23 de março de 1994**. Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio. Brasília, DF: DOU, 1994.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: DOU, 1996.
- BRASIL. **Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nos 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências. Brasília, DF: DOU, 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF: DOU, 2008.

BRASIL. **Portaria nº 1.002, de 06 de outubro de 1967.** Institui nas empresas a categoria a estagiário. Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Brasília, DF: DOU, 1967.

CARRÃO, A. M. R.; MONTEBELO, M. I. de L. Os conceitos de teoria e prática na percepção de egressos do curso de Administração. **Revista ANGRAD**, v. 10, n. 3, 2009.

CASSUNDÉ, F. R.; BARBOSA, M. A. C.; MENDONÇA, J. R. C. Terceirização e Precarização do Trabalho: Levantamento Bibliométrico sobre os Caminhos Críticos da Produção Acadêmica em Administração. **Teoria e Prática em Administração**, v. 6, n. 1, 2016.

CASSUNDÉ, F. R. de S. A. et al. Participar ou não participar, eis a questão! Um estudo sobre o engajamento dos estudantes de Administração em atividades extracurriculares. **Id online Revista de Psicologia**, v. 9, n. 26, p. 42-56, 2015.

CNE/CSE. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. 2005.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educ. Soc.** v. 23, n.79, 2002.

GOMES, A. F.; TEIXERA, A. S. S. Estágio supervisionado e aprendizagem: Contribuição do estágio do graduando de Administração para a formação profissional. **Revista de Carreiras e Pessoas**, São Paulo, v. 6, n. 3, set./out./nov./dez. 2016.

GUIMARÃES, A. Q.; ALMEIDA, M. E. Os jovens e o mercado de trabalho: evolução e desafios da política de emprego no Brasil. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 2, 2013.

INSTITUTO EUVALDO LODI. **Lei de estágio: tudo o que você precisa saber.** Brasília: CNI IEL, 2010.

LAVALL, J.; BARDEN, J. E. Estágio não obrigatório: contribuições para a formação acadêmica e profissional do estudante da UNIVATES. **Revista GUAL**, v. 7, n. 2, p. 47-68, mai. 2014.

LIMA, M. S. L. Reflexões sobre o estágio/prática de ensino na formação de professores. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 8, n. 23, p. 195-205, 2008.

MICHELS, E. et al. Gestão do ensino de cursos de Administração e Ciências Contábeis por meio do estágio supervisionado e do TCC. In: XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU, 2014. **Anais...** Florianópolis: CIGU, 2014.

NICOLINI, A. Qual será o futuro das fábricas de administradores? **RAE**, v.43, n.2, 2003.

PALMEIRA SOBRINHO, Z. O contrato de estágio e as inovações da Lei n. 11.788/2008. **Revista Ltr. Legislação do Trabalho**, v. 10, p. 1173-1188, 2008.

PEREIRA, M. C. **O papel do estágio na formação dos alunos do curso de administração da UFRGS**. 2013. 69fl. Monografia - TCC (Graduação em Administração) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2013.

PERES, C. M.; ANDRADE, A. dos S.; GARCIA, S. B. Atividades Extracurriculares: Multiplicidade e Diferenciação Necessárias ao Currículo. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 31, n. 3, 2007.

RIVADENEIRA, A. W. et al. Getting Our Head In The Clouds. In: SIGCHI conference on Human factors in computing systems, 2007. **Proceedings... SIGCHI**, 2007.

RODICIO GARCÍA, M. L.; IGLESIAS CORTIZAS, M. La formación en competencias a través del practicum: Un estudio piloto. **Revista de Educación**, n. 354, p. 99-124, 2011.

SAMPAIO, C. H.; PERIN, M. G. Pesquisa científica da área de marketing: uma revisão histórica. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n. 2, p. 179-202, 2006.

SCALABRIN, I. C.; MOLINARI, A. M. C. A importância da prática do estágio supervisionado nas licenciaturas. **UNAR**, v. 17, n. 1, 2013.

SCHMITT, A. J.; HUGES, T. L.; HERNDON-SOBALVARRO, A. Creating university-community alliances to build internship programs. **Psychology in the Schools**, v. 52, n. 10, p.1042-1050, 2015.

SILVA, C.; GAMBOA, V. O impacto do estágio na adaptabilidade de carreira em estudantes do ensino profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 105-114, 2014.

SILVA, C. S. C. da; COELHO, P. B. M.; TEIXEIRA, M. A. P. Relações entre experiências de estágio e indicadores de desenvolvimento de carreira em universitários. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 14, n. 1, p. 35-46, 2013.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TONELLI, J. et al. Produção acadêmica em recursos humanos no Brasil: 1991-2000. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 1, p. 1-18, 2003.

TREVISAN, A. M. **As exigências e transformações do mercado de trabalho neste novo milênio**. 2001. Disponível em: <http://www.ciee.org.br/portal/estudantes/pdf/CIEE-Entrev_Trevisan.PDF>. Acesso em: 13 fev. 2017.

VELUDO-DE-OLIVEIRA, T. M. et al. Empregabilidade e seus antecedentes para conquista da vaga de estágio por universitários. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 14, n. 1, p. 47-59, 2013.

VIEIRA, D. A.; CAIRES, S.; COIMBRA, J. L. Do ensino superior para o trabalho: contributo dos estágios para inserção profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 12, n. 1, p. 29-36, 2011.

VIEIRA, F. G. D. **Por quem os sinos dobram?** Uma análise da publicação científica na área de marketing do Enanpad. In: XXII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 1998. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 1998.

VOESE, S. B. Contabilidade por Atividades nos Processos da Gestão Acadêmica nas IES Privadas. **Revista Brasileira de Contabilidade**. n. 168, 2007.

WITTMAN, M. L.; TREVISAN, M. Estágios extracurriculares e a formação de administradores. In: XVI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2002. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2002.

WOLF, R. A. do P.; GOMES, T. de S. A prática de estágio supervisionado no ensino superior. In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E III ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 2009. **Anais...** Curitiba - Paraná: PUCPR, 2009.

WOODSIDE, A. G. **Case study research: theory, methods, practice**. Boston: Emerald, 2010.

YIN, R. K. **Case study research design and methods**. 2. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.

DADOS DOS AUTORES

FERNANDARODADESOUZAARAÚJOCASSUNDÉ* *fernanda.roda@univasf.edu.br*
Doutora em Administração pela UFPE

Instituição de vinculação: Universidade Federal do Vale do São Francisco
Petrolina/PE – Brasil

Áreas de interesse em pesquisa: relações de trabalho, representações sociais, impactos da nova morfologia do trabalho, temas comportamentais (estresse, burnout, diversidade), sindicalismo e movimento operário; e Ensino e Pesquisa em Administração (competências profissionais, docentes e discentes; educação a distância; incorporação das TIC ao processo ensino-aprendizagem).

* UNIVASF – Colegiado de Administração Av. José de Sá Maniçoba, S/N Centro Petrolina/PE 56304-917

MAURÍCIO VITOR SOUZA OLIVEIRA *oliveiramvitor@outlook.com*
Bacharel em Administração pela UNIVASF

Instituição de vinculação: Universidade Federal do Vale do São Francisco
Petrolina/PE – Brasil

Áreas de interesse em pesquisa: Ensino e Pesquisa em Administração.

MARIA TEREZA CALDAS ALENCAR *mterezacaldas@gmail.com*
Bacharel em Administração pela UNIVASF

Instituição de vinculação: Universidade Federal do Vale do São Francisco
Petrolina/PE – Brasil

Áreas de interesse em pesquisa: Ensino e Pesquisa em Administração.

NILSON FERNANDO MARCOS RODRIGUES *fernando-marcos18@hotmail.com*
Bacharel em Administração pela UNIVASF

Instituição de vinculação: Universidade Federal do Vale do São Francisco
Petrolina/PE – Brasil

Áreas de interesse em pesquisa: Ensino e Pesquisa em Administração.

ELIAS EDUARDO DAMASCENO RODRIGUES *eliasedamasceno@gmail.com*
Bacharel em Administração pela UNIVASF

Instituição de vinculação: Universidade Federal do Vale do São Francisco
Petrolina/PE – Brasil

Áreas de interesse em pesquisa: Ensino e Pesquisa em Administração.